

O lugar do turismo nas políticas de requalificação urbana: o caso do centro histórico de Gênova, Itália.

Clarissa Maria Rosa Gagliardi¹

Resumo: A partir dos anos 1990, iniciou-se no centro histórico da cidade italiana de Gênova um conjunto de intervenções com o objetivo de enfrentar os problemas socioeconômicos que se abateram sobre a cidade e, particularmente sobre sua área central, com a crise de desindustrialização dos anos 1970-80. Por meio da exposição de um programa de requalificação urbana denominado *Contratto di Quartiere del Ghetto*, o texto analisa as estratégias de intervenção em áreas centrais históricas e propõe relativizar o caráter exclusivamente mercantil que tende a envolver as práticas de renovação urbana contemporâneas, bem como o vir a ser turístico deste espaços.

Palavras-chave: Centro histórico. Gênova. Requalificação urbana. Turismo e território. Patrimônio cultural

¹ Bacharel e mestre em Turismo pelo UNIBERO, *master* em Gestão e Valorização de Centros Históricos pela *Università La Sapienza* de Roma, mestre e doutora em Sociologia pela PUC SP. Docente do Departamento de Geografia e coordenadora do Curso de Turismo da PUC SP e professora de Planejamento Turístico e Políticas Públicas de Turismo da ECA-USP. cmrgagliardi@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO. Este trabalho trata de alguns aspectos de uma pesquisa de doutorado realizada entre os anos de 2005 e 2011 em torno do processo de requalificação urbana do centro histórico da cidade italiana de Gênova. Localizada na região Ligúria, Gênova é tradicionalmente identificada com a indústria siderúrgica e a metalmeccânica, a construção e a reparação naval. Seu desenvolvimento industrial veio acompanhado de um forte incremento demográfico e ao longo do século XIX a cidade se esparramou, deixando seu centro histórico de origem medieval em segundo plano. Após um longo período de economia essencialmente baseada na indústria, na presença do Estado e com forte organização operária, Gênova se vê entrando na chamada “nova economia” pós-industrial, baseada no setor terciário e promovendo políticas que a posicionem no campo turístico e cultural. A presença de áreas obsoletas passa a evidenciar a necessidade de reorganização do território, tendo a redução da atividade portuária e a crescente deterioração do centro histórico como seus termômetros. Das residências públicas construídas no pós-guerra na periferia da cidade aos galpões ociosos no porto, qualificar a cidade para novas e diferentes atividades passou a ser condição para a retomada de sua economia. A partir dos anos 1980 se intensificam as discussões em torno de projetos capazes de enfrentar estes novos desafios e Gênova deu início a uma ampla política de requalificação urbana² em áreas periféricas – tanto de habitação popular quanto industriais – e, sobretudo, no centro histórico e em sua zona portuária contígua.

Embora Gênova tenha seus diferenciais históricos e culturais, não se encontra ali uma parada obrigatória no circuito turístico italiano tradicional. Sua forte tradição operária mostra-se um tanto avessa a mudanças; a conservação do seu centro histórico, com grande presença de

² Paulo Peixoto menciona que “enquanto a reabilitação urbana se dirige mais ao edificado, sobretudo o que tem a ver com a função residencial, a requalificação urbana dirige-se mais ao seu entorno e ao espaço público, ou, nas operações urbanas de larga escala, à reconversão funcional de um dado espaço. O objetivo último da requalificação passa por (re)introduzir ‘qualidades urbanas de acessibilidade ou centralidade a uma determinada área...’” (PEIXOTO, 2009, p. 46). Outros termos como renovação ou revitalização urbana também se agregam ao léxico desenvolvido em torno destas políticas. Neste trabalho, optou-se por nomear as intervenções genericamente de requalificação urbana, respeitando a forma como recorrentemente o termo aparece nos documentos oficiais dos programas analisados, muito embora suas ações oscilem entre práticas que ora se aproximam da reabilitação, ora da requalificação.

moradores e herdeiro de uma relevante cultura cívica regional, implica necessariamente um processo compartilhado, negociando aspirações do lugar e demandas do mundo.

Desde o início da discussão sobre o reuso do patrimônio urbano na Itália, com a recuperação do patrimônio habitacional do centro histórico de Bolonha, cujo cunho social referenciou as discussões acerca da requalificação urbana mundo afora, outros elementos foram introduzidos neste debate, estimulando revisões sobre as práticas interventivas desse gênero. Apesar dos vários exemplos de cidades que protagonizaram projetos desse gênero, não é possível formular uma regra acerca dos resultados, não obstante, em alguns casos, tenham feito escola e disseminado práticas semelhantes pelo mundo. As operações são complexas e suas interpretações, passíveis de leituras diferentes, com objetivos e modalidades de transformação particulares. E é exatamente em função da peculiaridade de cada experiência, construída de acordo com os diferentes níveis de participação dos grupos sociais envolvidos, das heranças históricas de cada cidade, das práticas políticas peculiares de cada administração, enfim, tendo a cultura local como mediadora, que acredita-se ser importante uma aproximação com cada um dos casos, para o aprofundamento do debate, podendo relativizar críticas e melhorar práticas.

Em função de se mostrarem, muitas vezes, incapazes de resolver problemas sociais, exatamente por responderem a demandas globais em detrimento de necessidades locais, muitos projetos de requalificação urbana têm sido alvo de críticas. Contudo, parte-se do princípio de que não há um modelo pré-definido de requalificação, senão como produto da ação social em um determinado tempo e espaço. Este trabalho insere-se na discussão acerca destes processos contemporâneos de intervenção urbana e, a partir da análise de um projeto de requalificação do centro histórico genovês – o *Contratto di Quartiere del Ghetto* - , busca refletir sobre as implicações deste tipo de prática na cidade, suas repercussões urbano-espaciais e os novos usos da cidade que induz, dentre os quais, o turístico.

REFERÊNCIAS TEÓRICAS E PERCURSO METODOLÓGICO. À medida que os processos chamados de requalificação urbana incorporam temas globais e perpassam realidades locais, interferindo na organização dos espaços, na cultura urbana e na forma de governar as cidades, torna-se crucial perceber como o substrato cultural local enfrenta o mundo. Esta posição do

território na confluência das forças globais e locais implicou a busca de referências teóricas que discutissem o lugar como mediação destes interesses, encontradas nas categorias analíticas propostas por Milton Santos, quando ele discute noções de “dinâmicas próximas locais” e “dinâmicas distantes, universais”, associadas aos conceitos de “horizontalidades” e “verticalidades”³ e também na perspectiva proposta por Lefebvre, para quem a cidade “se situa num meio termo, a meio do caminho entre aquilo que se chama de ordem próxima (...) e a ordem distante”⁴. Ainda conforme Lefebvre, o binômio apropriação/consumo, que acaba por contrapor valor de uso e valor de troca, complementa a compreensão dos sentidos do espaço urbano requalificado. Outras balizas importantes foram os autores que discutem o patrimônio, o espaço público, a gestão e a cultura urbana e sua complexidade no mundo contemporâneo.

Enquanto o sentido de apropriação remete ao valor de uso, à possibilidade de lugares de livre fruição, de encontros, do habitar, da participação em “uma atividade criadora, de obra”(LEFEBVRE, 1991a, p. 103), o consumo refere-se ao valor de troca, aos “espaços comprados e vendidos, ao consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos” (LEFEBVRE, 1991a, p. 27).

³ Para Milton Santos, as verticalidades “podem ser definidas, num território, como um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos (...). Este Espaço de fluxos seria, na realidade, um subsistema dentro da totalidade-espaço, já que para os efeitos dos respectivos atores o que conta é, sobretudo, esse conjunto de pontos adequados às tarefas produtivas hegemônicas, características das atividades econômicas que comandam este período histórico. O sistema de produção que se serve desse espaço de fluxos é constituído por redes – um sistema reticular –, exigente de fluidez e sequioso de velocidade. São os atores do tempo rápido, que plenamente participam do processo, enquanto os demais raramente tiram proveito da fluidez.” Já as horizontalidades “são zonas da contiguidade que formam extensões contínuas (...) em que os atores são considerados na sua contiguidade, são os espaços que sustentam e explicam um conjunto de produções localizadas, interdependentes, dentro de uma área cujas características constituem, também, um fator de produção. Todos os agentes são, de uma forma ou de outra, implicados, e os respectivos tempos, mais rápidos ou mais vagarosos, são imbricados. Em tais circunstâncias pode-se dizer que a partir do espaço geográfico cria-se uma solidariedade orgânica, o conjunto sendo formado pela existência comum dos agentes exercendo-se sobre um território comum. Tais atividades, não importa o nível, devem sua criação e alimentação às ofertas do meio geográfico local.” (SANTOS, 2010, pp. 105-109)

⁴ Segundo Lefebvre, a *ordem próxima* refere-se a “relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles”, enquanto a *ordem distante*, a “ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma ‘cultura’ e por conjuntos significantes. A *ordem distante* se institui neste nível ‘superior’, isto é, neste nível dotado de poderes. Ela se impõe. Abstrata, formal, supra-sensível e transcendente na aparência, não é concebida fora das ideologias (religiosas, políticas). Comporta princípios morais e jurídicos. Esta ordem distante se projeta na realidade prático-sensível. Torna-se visível ao se inscrever nela. Na ordem próxima, e através dessa ordem, ela persuade, o que completa seu poder coator.” (LEFEBVRE, 1991a, p. 46). “Isotopias: lugares do mesmo, mesmos lugares. Ordem próxima. Heterotopias: o outro lugar e o lugar do outro, ao mesmo tempo excluído e imbricado. Ordem distante.” (LEFEBVRE, 2004, p. 120)

E “uma tal forma, a da troca e da equivalência, só exprime indiferença diante da forma urbana; ela reduz a simultaneidade e os encontros à forma dos trocadores, e o lugar de encontro ao lugar onde se conclui o contrato ou quase-contrato de troca equivalente: o reduz ao mercado” (LEFEBVRE, 1991a, p. 82). Desta forma, as operações de requalificação, ao se basearem na conversão do espaço urbano em espaços de turismo estetizados, tendem ao consumo, sem com isso garantir altos e constantes fluxos, tampouco uma impressão unívoca da paisagem percebida. O contrário seria mais promissor, já que, ao se basear as intervenções privilegiando a apropriação do espaço por parte de quem nele habita, pode permitir, além do seu “direito à cidade”, também a possibilidade de atrair turistas capazes de múltiplas interpretações na descoberta do lugar.

De acordo com Milton Santos, a ação humana tem a ver com os níveis de racionalidade da matéria (SANTOS, 2009, p. 306), logo, se a racionalidade não se dá de maneira total e homogênea, permanecendo zonas onde ela é menor ou inexistente (SANTOS, 2009, p. 304), cabem aí “outras formas de expressão que tem sua própria lógica” (SANTOS, 2009, p. 304). Dentro destes “limites da racionalidade”, caberiam espaços requalificados que podem privilegiar mais a apropriação do que o consumo ou, noutros termos, que podem apoiar-se mais nas forças centrípetas do que centrífugas⁵. Vale, assim, tentar perceber nos processos de requalificação urbana e nos espaços de turismo que daí se enlevam, em que medida as intervenções privilegiam dinâmicas próximas, locais e com o caráter de apropriação e/ou dinâmicas distantes, universais e com o caráter de consumo.

Para a realização da pesquisa da qual constam aqui alguns resultados, foi fundamental o olhar *de perto e de dentro*, proposto por José Guilherme Cantor Magnani (MAGNANI, 2002), em lugar, apenas, do olhar *de longe e de fora* que caracteriza muitas análises das sociedades pós-modernas. Para este exercício do olhar e da aproximação com o cotidiano do lugar, vali-me da minha própria experiência de habitar próximo ao bairro do Ghetto, no centro histórico de Gênova,

⁵ “As forças centrípetas resultam do processo econômico e do processo social, e tanto podem estar subordinadas às regularidades do processo de produção, quanto às surpresas da intersubjetividade. Essas forças centrípetas, forças de agregação, são fatores de convergência. (...) As forças centrífugas podem ser consideradas um fator de desagregação, quando retiram à região os elementos do seu próprio comando, a ser buscado longe e fora dali (...). Forças centrípetas conduzem a um processo de horizontalização, forças centrífugas conduzem a um processo de verticalização” (SANTOS, 2009, pp. 286-287).

por cinco meses, tornando possível a observação e o diálogo com pessoas, compartilhando situações de passeio e uso de equipamentos e serviços locais. Também foram feitos levantamentos de registros documentais dos diversos programas urbanísticos realizados, em curso e programados para o centro histórico de Gênova a partir dos anos 1990, junto à prefeitura. Também realizaram-se ainda uma série de entrevistas com profissionais dos setores de turismo e planejamento urbano da administração pública local, moradores e representantes de entidades ligadas à assistência social e à gestão de projetos sociais no centro histórico.

O VIR A SER TURÍSTICO DOS ESPAÇOS URBANOS REQUALIFICADOS. O espaço urbano usufruído pelo turista, por consequência das inúmeras possibilidades de uso e leitura que permite, pode ser concebido para além do “espaço-mercadoria”. Ou seja, pode-se recusar a homogeneidade imposta por certos tipos de planejamento, ou ainda, como sugere Michel de Certeau (CERTEAU, 2008), os usos da cidade são práticas do espaço em que o pedestre é capaz de moldar percursos com sua combinação própria de estilos e usos da cidade. Acredita-se assim, que há espaço entre as escolhas individuais e as grandes estruturas econômicas e institucionais catalisadas por muitos processos de requalificação urbana. Daí que algumas cidades permitem a transformação dos seus significados históricos em um segmento do mercado, enquanto outras se recusam a denominar seu patrimônio de mercadoria cultural.

Ao mesmo tempo em que “a tendência atual é no sentido de uma união vertical dos lugares” (SANTOS, 2009, p. 287), estes mesmos lugares podem se “fortalecer horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente construídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo” (SANTOS, 2009, pp. 287-288) Dada esta capacidade criativa, parece demasiado determinismo acreditar que o planejamento urbano⁶ possa definir o tipo de turismo ou de turista que tende a circular nas áreas requalificadas. Acrescente-se

⁶ “Quanto ao urbanismo como ideologia, recebeu ele formulações cada vez mais precisas. Estudar os problemas de circulação, de transmissão das ordens e das informações na grande cidade moderna leva a conhecimentos reais e a técnicas de aplicação. Declarar que a cidade se define como rede de circulação e de consumo, como centro de informações e de decisões é uma extrapolação particularmente arbitrária e perigosa, se oferece como verdade total e dogma, utilizando meios terroristas. Leva ao urbanismo dos canos, da limpeza pública, dos medidores, que se pretende impor em nome da ciência e do rigor científico. Ou a coisa pior ainda!”. (LEFEBVRE, 1991a, p. 43). Ainda que Lefebvre refira-se ao planejamento urbano de matiz moderna, entende-se que sua ironia pode ser extrapolada para qualquer intenção de controle do uso do espaço urbano por meio de planos racionais.

a isso a crítica sobre a inclusão do turista-consumidor como único perfil de viajante que se pretende transitando pela cidade, que se vislumbra como “cidade-mercadoria”. O turista pode ser entendido para além de um “usuário solvente”. Esta característica de predomínio do consumo sobre a figura do turista, associada à cidade-mercadoria, pode ser relativizada, entendendo a experiência urbana também como parte da experiência turística.

A associação direta, exclusiva e unilateral entre o valor econômico do turismo e da cultura esvazia ambos de sentido. A aposta no sucesso turístico e no retorno econômico que os suportes culturais dos centros urbanos históricos podem render arrisca retirar de ambos seus sentidos originais, seja a dimensão simbólica da cultura ou o sentido de “experiência” que a viagem turística pode proporcionar.

A produção de espaços que “educam” o turista, que o habitua a esperar certos tipos de cidade, ao invés de torná-lo um crítico do lugar, insere-se no que Milton Santos classifica como “produção de uma racionalidade do espaço” (SANTOS, 2009) e “um espaço tenderá tanto mais a se tornar um espaço racional quanto mais alto for nele o nível de artifício” (SANTOS, 2009, p. 296). Ao passo que “quanto mais instável e surpreendedor for o espaço, tanto mais surpreendido será o indivíduo, e tanto mais eficaz a operação de descoberta. A consciência pelo lugar se superpõe à consciência no lugar. A noção de espaço desconhecido perde a conotação negativa e ganha um acento positivo...” (SANTOS, 2009, p. 330).

O CENTRO HISTÓRICO DE GÊNOVA. O centro histórico genovês se estende por uma superfície de aproximadamente 113 hectares, avançando para a área portuária histórica, atualmente em vias de reconversão funcional para uso urbano. Esta zona é caracterizada por uma grande densidade edilícia, assentada sobre uma trama viária medieval e uma população de aproximadamente 23.000 habitantes.

Entre finais do século XIX e início do XX verifica-se certo abandono da cidade medieval em direção a ocupações da “cidade nova”, para fora dos muros. Sobre estas escolhas de saída do centro medieval pesaram uma série de conceitos higienistas, o desenvolvimento da cidade industrial, a suplantação do porto histórico por outros mais modernos e novas preferências habitacionais dificilmente alcançáveis no centro histórico. Como resultado, a diminuição de

investimentos na área central e mais antiga da cidade acabou levando a um abandono sucessivo de suas habitações, desestruturando seu tecido econômico e social.

O desprestígio do local com a redução dos valores dos imóveis provocou sua ocupação por migrantes pobres do sul do país, em direção ao norte mais promissor em termos de empregos na indústria. O crescimento urbano do pós-guerra e esta primeira onda migratória que adotou o centro histórico como seu primeiro espaço de acolhimento, já em condições bastante precárias de habitação, favoreceram a substituição do tecido social historicamente instalado, além de fenômenos de degradação física dos edifícios que se seguiram ao abandono e depauperamento da estrutura econômica, ligada à atividade comercial.

A proximidade deste centro com a zona portuária contribuiu para consagrar o centro histórico como espaço marginalizado. Nos anos 1980, a situação deste centro histórico é descrita como espaço da criminalidade, mas seus crimes ainda são de pequeno porte e suas diferenças socioculturais dizem respeito basicamente à diversidade étnica nacional, representada pelas diferenças entre costumes dos italianos do sul e do norte.

Mas a radicação da criminalidade passou a ser crescente aí, sobretudo com a difusão das drogas e, mais recentemente, com o estabelecimento de numerosos imigrantes da segunda onda migratória. Os chamados “extra-comunitários”, nos anos 1990, também vieram adotar o centro histórico, especialmente suas áreas mais precárias, como primeira moradia em Gênova, o que agudizou a situação já delicada da região. Tais áreas, já desocupadas pelos italianos do sul que melhoraram sua situação financeira e transferiram moradia, tornaram-se a única opção acessível a estes novos imigrantes, especialmente oriundos da África e América do Sul e, particularmente, aqueles cuja situação os obriga a viver na ilegalidade, em imóveis com baixa qualidade habitacional e, muitas vezes, sob contratos de aluguel abusivos.

Antigos moradores genoveses resistem no centro, um misto de necessidade econômica e de relação afetiva que os impulsiona na luta pela manutenção deste espaço. Depoimentos colhidos com a população idosa de alguns bairros centrais revelaram uma longa relação com o centro histórico, um vínculo territorial que se quer manter, apesar das dificuldades. As relações com

antigos vizinhos vão escasseando e a característica de passagem dos imigrantes dificulta a criação de laços sociais mais duradouros e necessários à reconstrução de uma vida de bairro.

Como todos os tecidos habitacionais antigos, o centro histórico de Gênova apresenta uma estrutura densa e estratificada e com um patrimônio habitacional antigo e defasado, além de serem significativos os dados relativos às habitações não ocupadas. Historicamente os espaços públicos são quase inexistentes, pelas características do tecido de estrutura medieval muito denso e privado de locais coletivos; pelo mesmo motivo é difícil instalar serviços públicos adequados aos padrões atuais neste centro histórico. A insuficiência de infraestrutura de esgoto, iluminação, recolhimento de lixo, além da escassa manutenção dos espaços públicos, contribuem para o agravamento da qualidade ambiental.

CONTRATTO DI QUARTIERE DEL GHETTO. O Gueto é um bairro que integra um dos distritos mais desprestigiados do centro histórico. Caracteriza-se por um tecido edilício muito denso, com edificações de pequena dimensão e habitações populares. Durante os séculos XIV e XV, uma ampliação do perímetro murado do século XII incluiu novas áreas, entre as quais, o Gueto. Entretanto, estas “novas áreas” conservarão uma conotação marginal, com valor imobiliário baixo e presença de pobres, sendo também o primeiro gueto judeu, que dá o nome ao bairro. Entre os séculos XV e XVI ocorre um vasto processo de renovação arquitetônica, mas, enquanto os eixos principais do centro histórico se transformam, no interior dos bairros, como no Gueto, o tecido urbano permanece inalterado, sofrendo, porém, elevação dos edifícios. A escassez de renovação e manutenção, somadas à elevação das construções, dão lugar a uma área densa e estratificada, com problemas de iluminação e umidade, intensamente habitada por pessoas de baixa renda. Ainda hoje, não obstante tenham sido empenhados muitos recursos e já realizada uma série de intervenções nas proximidades, o Gueto ressentir-se de melhorias.

Segundo a prefeitura de Gênova, em 2000, a população do Gueto era de 1.163 habitantes entre 35 e 49 anos, enquanto a média da cidade correspondia a 58 anos. Os residentes estrangeiros (considerando apenas aqueles em situação regular) alcançavam 41,26%, enquanto na cidade esta média era de 26,6% e a renda média anual estimada atingia 7 mil euros, quando a média na província chegava aos 14 mil. O percentual de pessoas assistidas por algum tipo de

serviço social na cidade era de 32,55 a cada mil pessoas, enquanto no Gueto esta taxa alcançava 238,97; entre os residentes regulares, o percentual de desocupação era de 14,96%, enquanto na cidade correspondia a 5,83%. Ou seja, todos os indicadores demonstram que se trata de um bairro com situações precárias quando comparado às médias da cidade.

Diante deste quadro, se propôs um programa de requalificação urbana para o bairro denominado *Contratto di Quartiere*, financiado pelo Ministério da Infraestrutura e pela Região Liguria e aprovado para o Gueto em 2004. Este programa contempla projetos de recuperação urbana, promovidos pela prefeitura em bairros marcados pelo degrado das construções e do ambiente urbano, pela carência de serviços e por um contexto de escassa coesão social e problemas habitacionais. O instrumento estimula as intervenções subvencionadas em habitações e obras de urbanização e a busca de outros financiamentos públicos e privados para ações de caráter social. Seu diferencial está na tentativa de envolver os habitantes do bairro nos projetos.

Por meio de reuniões feitas com representantes de associações atuantes no bairro, moradores e representantes de etnias que ali habitam, entrevistas com informantes privilegiados e trabalhos de campo, a prefeitura diagnosticou seus principais problemas, relacionados à complexidade de relações entre os vários grupos sociais⁷, às precárias condições de moradia e escassez de serviços. Os encontros foram realizados basicamente durante o ano de 2004 e, a partir da análise dos dados colhidos e das propostas encaminhadas pelos participantes durante os encontros, a equipe responsável pelo programa traçou a destinação de uso de alguns imóveis de propriedade pública, consubstanciando as demandas emanadas do território estudado em ações voltadas aos aspectos de recuperação física do bairro e às problemáticas sociais evidenciadas.

⁷ Segundo Antida Gazzola, em exposição feita no congresso intitulado “Buracos negros do centro histórico: a novas etnias e a segurança: O Gueto”, realizado em Gênova, em novembro de 2008, a cidade possuía naquele momento 40 mil estrangeiros de 35 nacionalidades diferentes, sendo 19 mil homens e 21 mil mulheres. Em 2008, houve um incremento de 12%, considerando apenas os dados oficiais. As pesquisas têm evidenciado que a cada ano a população estrangeira cresce, sendo as nacionalidades mais presentes, respectivamente, do Equador, Albânia, Marrocos, Peru, Romênia, China e Senegal. Naquela mesma ocasião, a gestora pública Anna Maria Cancellieri discutiu que, apesar do baixo índice de estrangeiros (6,6%) perante índices mais altos de outras cidades do norte a Itália, em Gênova há uma enorme concentração destes grupos em determinadas áreas da cidade, particularmente no centro histórico. No Gueto concentram-se transgêneros, imigrantes africanos, sul-americanos, católicos e muçulmanos, genoveses, crianças, jovens e adultos. **I Buchi del Centro Storico. Le Nuove etnie e la sicurezza: Il Ghetto.** Atas do seminário realizado em 29 de novembro de 2008 e organizado por Rotary International. Gênova: LOG Editrice, 2009.

O programa prevê a instalação de uma **residência especial para mulheres jovens** em busca de empregos e idosas, alojamentos e espaços de uso coletivo, auditório, refeitório e escritórios; um projeto de **recuperação de um quarteirão** do Gueto ainda com resquícios de destruição provocada por bombardeios da Segunda Guerra Mundial (com obras tanto de iniciativa pública quanto privada, com coordenação pública, contemplando a dotação de moradias para programas de residência pública); um **programa de requalificação de áreas sociais de edifícios e/ou de recuperação de unidades habitacionais**⁸ (financiado com investimento privado, com contribuição pública de até 30% do custo da obra de recuperação do interior dos apartamentos privados; a recuperação das vias públicas do bairro, praças e monumentos; um projeto de ampliação dos espaços públicos no bairro e de instalação de uma escola com financiamento público e parceria com a universidade); uma **“Casa do Bairro”**⁹, **um espaço polivalente de participação e aberto a todos os habitantes para atividades de tipo sociocultural** (a expectativa é servir de abertura para dentro e para fora do bairro e suas atividades socioculturais buscam o envolvimento ativo do habitante em resolver problemas comuns deste território, suas funções iniciais incluem atividades de animação cultural, semanas temáticas, debates inter-culturais, criação de uma TV comunitária e de um jornal local, organização de biblioteca, hemeroteca e videoteca, atividades educativas e de sustentação para adolescentes e adultos como cursos de alfabetização e apoio educacional, fornecimento de informações acerca de aspectos legais, psicológicos, culturais, médicos, recreativos e formativos para o público GLBT - gays, lésbicas, bissexuais e transexuais. A gestão da Casa é feita por uma comissão mista envolvendo associações da sociedade civil organizada com trabalhos aderentes às problemáticas locais); um projeto de **“cidadania ativa”** para pensar conjuntamente a utilização dos espaços públicos do Gueto e com a perspectiva de conhecer o

⁸ Particularmente importantes para a eficácia das ações de requalificação do centro histórico genovês são também o *Programma di Riqualificazione Urbana (PRU)*, que, além de obras de urbanização, recuperou e disponibilizou 21 edificações residenciais com mais de 100 unidades habitacionais, e o *Programma Organico de Intervenzione (POI)*, também contemplando obras gerais de urbanização e disponibilizando 119 edificações residenciais, com mais de 300 unidades habitacionais. Além do programa de Prè, vizinho ao Gueto, com a recuperação de 150 unidades habitacionais. Em geral, as moradias têm sido inseridas em programas de habitação social.

⁹ Um entrevistado lembrou que durante os encontros dos grupos envolvidos na construção do *Contratto di Quartiere*, quando se discutia o nome e o formato daquilo que viria a ser a *Casa di Quartiere*, buscou-se inspiração na *Casa Del Popolo*, uma espécie de círculo operário de caráter recreativo, de modo que a *Casa di Quartiere* é uma alusão a estes “centros sociais”.

território, construir identidades, trabalhar conceitos que ajudem nas atividades em grupo e projetar efetivamente ações do ponto de vista operacional; a criação de um **laboratório de apoio à instalação de atividades empresariais** (para a inserção da mão de obra de moradores em condições precárias. Por meio de concursos espera-se identificar profissionais para atuarem nas modalidades de ações previstas: - ponto de alimentação; - lavanderia; - laboratórios de marcenaria para a elaboração de materiais para uso nos diversos processos de restauração e reformas em curso no centro histórico; *de recuperação, reformas e comercialização* de mobiliário e objetos de valor artístico e histórico; de produção e/ou venda de produtos de trabalhos artísticos e tradicionais em geral; *intergeracional* dedicado aos jovens em dificuldade, inclusive imigrantes, para o aprendizado de trabalhos artesanais e de restauro e tapeçaria; - serviços de fotocopiadora e outros suportes para estudantes usuários das estruturas universitárias das proximidades); instalação de um ambulatório polivalente e **Drop-in Center**, uma estrutura acessível e sem grandes exigências para acolhimento de dependentes químicos, sendo parte integrante de uma política de redução de danos, suas ações podem variar desde a distribuição de preservativos e seringas descartáveis, especificamente para dependentes de drogas injetáveis, até a disponibilização de chuveiros e áreas de convivência, atividades de inclusão social e encaminhamento profissional); a realização de **alojamentos para artistas**, favorecendo o uso dos espaços públicos do bairro com atividades culturais (visa também a abertura do território para a cidade, por meio de uma imagem positiva no setor da produção cultural e do estímulo a futuras atividades que possam contribuir para o desenvolvimento econômico e ocupacional no bairro; a iniciativa tem um caráter experimental e pode também ser espaço para residência de estudantes, para hospedar professores visitantes e agregar atividades de formação, exposições etc. Os alojamentos que estão sendo recuperados para esta finalidade serão simples, econômicos e alugados por períodos pré-determinados em troca da prestação de serviços por parte dos artistas selecionados por meio de concursos públicos).

CONSIDERAÇÕES. A partir do momento em que o poder público local decidiu lançar mão dos novos instrumentos de planejamento para repensar a cidade, houve disposição para o debate. Foram abertos canais de escuta dos problemas locais por parte do poder público, que por sua vez,

ajudaram a publicizar as aspirações da população, contribuindo para configurar programas capazes de responder às demandas locais.

A escala do *Contratto di Quartiere*, em comparação a outros programas realizados e em curso no centro histórico, tem assumindo um caráter quase familiar. A equipe que vem se envolvendo nas atividades da “Casa do Bairro” mostra-se bastante disponível para agregar grupos, defender o bairro de propostas que tendem a privilegiar apenas um determinado público e que, em geral, se voltam para questões de segurança e interesses eminentemente econômicos diante das perspectivas de valorização do bairro em decorrência das intervenções realizadas. Respondendo ao estímulo da equipe de profissionais da prefeitura responsável pelas intervenções no centro histórico, um conjunto de organizações não governamentais agregou-se para gerir as atividades previstas pelo *Contratto*, o que acabou por compor um grupo que se posiciona de forma bastante crítica às propostas de cerceamento do uso dos espaços públicos, à transformação do centro no “cômodo bom” da cidade, com a consequente expulsão dos grupos mais vulneráveis. Muitos depoimentos evidenciaram esta postura e, dada a radicação histórica de tais organizações no centro, pode-se considerá-las um contraponto importante nas decisões sobre os rumos desse lugar.

O processo de escuta e participação, porém, não é isento de conflitos. O modo como os grupos tentam demarcar seus interesses no território podem até mesmo mostrar-se, antagonicamente, como resistências à construção de solidariedades. As diferentes posturas reveladas por ocasião da decisão da instalação do serviço de redução de danos para os dependentes químicos, o *drop-in*, como a exigência de moradores para que fossem instalados portões para impedir a passagem de viciados pelo Gueto, por exemplo, evidenciam a dificuldade de construir propostas que atendam aos vários interesses locais. Ainda que por meio de embates, cujos resultados nem sempre se mostram profícuos para a construção de uma cidade mais democrática, os conflitos apontam para outra hipótese, a de que quando uma população se sente pertencente a um lugar, quando o assume como seu, no sentido de apropriação da sua própria obra, não é simples impor ali interesses alheios, o lugar não está à disposição e os consensos não são construídos facilmente.

A pressão do mercado contribui para ampliar os conflitos e pode ter como porta-voz sujeitos que, no próprio território, passam a propagar seus interesses. A especulação imobiliária, a manutenção de contratos abusivos de aluguel no Gueto e a vontade de que imigrantes pobres desaparecessem com seu comércio sem tradição são algumas evidências da existência de interesses no valor de troca do centro. Por outro lado, os comitês de bairro manifestaram sua aversão por centros históricos fetichizados, caracterizados como centros de interesse exclusivamente turístico; houve, por parte da administração pública, a preocupação com o “habitar”, com a melhoria da qualidade do espaço urbano em termos de mobilidade, com a provisão e a melhoria de espaços de encontro, com serviços para atender os grupos vulneráveis.

Sobre a mobilização em torno da disputa pelo controle do território, indaga-se se a herança cívica e o histórico de combatividade do movimento operário genovês pulsam por detrás da tendência ao associativismo que se revelou na formação de comitês de bairro¹⁰ e na ocupação dos espaços abertos pelo poder público por parte de associações que, historicamente, vem assumindo causas de populações muitas vezes desassistidas nos processos de valorização urbana como os sem teto e os dependentes químicos.

Se, por um lado, a alta nos índices de turismo deve-se à dotação do porto antigo de áreas de cultura e entretenimento, por outro, o montante de recursos recebidos em nome do discurso de renovação da cidade do qual o porto foi vedete, serviu também para preservar e melhorar a vida cotidiana de sua área vizinha e que também mostrou-se atrativa, o centro histórico. Compôs-se assim, um conjunto de intervenções que demonstram não ser necessário transformar as áreas que podem vir a ser turísticas em enclaves. O turista também se sente atraído por lugares onde é bom de se viver, ainda que com problemas, e não só por espaços estetizados, por cenários artificiais.

Nessa perspectiva, relativizam-se as críticas de que toda e qualquer ação de requalificação escamoteia ações de *gentrification*, de exclusão social e voltam-se apenas à conversão dos

¹⁰ Ainda nos anos 1980, quando se iniciaram os primeiros debates sobre a requalificação do centro histórico, muitos comitês de bairro foram formados de maneira autônoma e se engajaram no reconhecimento dos problemas do centro e na busca por soluções. Muitos superaram o nível da denúncia e assumiram um caráter bastante propositivo, por vezes participando ativamente na construção de projetos e propostas de melhoria de bairros centrais. Outros, porém, tem manifestado atualmente aspectos de intolerância e dificultando ações de integração de certos grupos sociais à vida urbana do centro histórico.

espaços físicos em cenário-fetichismo para um “usuário-solvente”. O sentido ambivalente que espaços requalificados podem assumir demonstra, afinal, que “as cidades são o ponto de intersecção entre verticalidades e horizontalidades” (SANTOS, 2009, p. 286) e que essa experiência pode ter resultados diversos. A capacidade que a sociedade genovesa teve de inserir-se nas discussões e ocupar os espaços abertos, estabelecendo uma ordem de prioridades e relativizando as “forças centrífugas” das quais o planejamento estratégico poderia ser portador, acabou por caracterizar os programas de requalificação urbana como oportunidades de melhorar a qualidade da cidade para os que nela vivem e não somente investir em intervenções que pudessem privilegiar determinados atores econômicos. Considera-se que a experiência de Gênova revela não haver projeto de requalificação urbana bom ou ruim em si, mas que depende, em grande medida, das formas como a sociedade se apropria deles e da sua capacidade em equalizar interesses em torno dos centros históricos, sobretudo quando revigorados no bojo das vantagens econômicas atribuídas à cultura na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 1. Artes de Fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- LEFEBVRE, Henry. (1991a) **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moraes,
- _____. **A Revolução Urbana**. (2004) 1ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- _____. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. (1991b) São Paulo: Ática.
- GAGLIARDI, Clarissa M. R. (2011) **Intervenções Urbanas e Dinâmica Local: o processo de requalificação urbana do centro histórico de Gênova**. Tese. Doutorado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *De Perto e De Dentro: notas para uma etnografia urbana*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol. 17 n. 49, junho de 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a02v1749.pdf>>, acesso em 18 de setembro de 2010.
- PEIXOTO, Paulo. (2009) *Requalificação Urbana*. In: FORTUNA, Carlos & LEITE, Rogério Proença (orgs) **Plural de Cidades: novos léxicos urbanos**. Coimbra: CES e Almedina.
- SANTOS, Milton. (2009) **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 4ª ed.
- _____. (2010) **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record.
- I Buchi del Centro Storico. Le Nuove etnie e la sicurezza: Il Ghetto**. Atas do seminário realizado em 29 de novembro de 2008 e organizado por Rotary International.. Gênova: LOG Editrice, 2009.